

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2011	2010
Circulante		11	22
Caixa e equivalentes de caixa	7	11	20
Despesas antecipadas	8	—	2
Total do ativo		11	22
Passivo		2011	2010
Circulante		137	1
Impostos, taxas e contribuições	1	1	1
Débitos com controladores	9	136	—
Não-Circulante		213	117
Débitos com controladores	9	213	117
Patrimônio líquido		(339)	(96)
Capital subscrito	10	359	359
Capital a integralizar	10	(105)	(105)
Prejuízos acumulados		(593)	(350)
Total do passivo e patrimônio líquido		11	22

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

	Capital subscrito	Capital integralizado	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	359	(226)	(109)	24
Resultado líquido do exercício	—	—	(241)	(241)
Integralização de capital	—	121	—	121
Saldos em 31 de dezembro de 2010	359	(105)	(350)	(96)
Resultado líquido do exercício	—	—	(243)	(243)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	359	(105)	(593)	(339)

Demonstrações de Resultados - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

	2011	2010
Despesas gerais e administrativas	(204)	(238)
Pro-labore da diretoria	(12)	(25)
Encargos sociais	(2)	(5)
Serviços de terceiros	(103)	(126)
Outras despesas administrativas	(44)	(12)
Outros impostos e taxas	(43)	(70)
Resultado financeiro líquido	(39)	(3)
Receitas financeiras	33	7
Variações cambiais ativas	33	7
Despesas financeiras	(72)	(10)
Juros passivos	(14)	(2)
Variações cambiais passivas	(58)	(8)
Resultado líquido do exercício	(243)	(241)
Resultado básico por ação - Em R\$	(0,0096)	(0,0103)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

	2011	2010
Caixa gerado nas operações	(204)	(238)
Resultado líquido do exercício	(243)	(241)
Despesas de juros	14	2
Variações cambiais líquidas	25	1
Varição de ativos e passivos	2	(29)
Despesas antecipadas	2	—
Fornecedores	—	(30)
Impostos, taxas e contribuições	—	1
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(202)	(267)
Integralização de capital	—	121
Obtenção/(liquidação) de empréstimos	193	114
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	193	235
Varição em caixa e equivalentes de caixa	(9)	(32)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	20	52
Caixa e equivalente de caixa no final do período	11	20
Varição em caixa e equivalentes de caixa	(9)	(32)

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

	2011	2010
Insumos adquiridos de terceiros	2011	2010
Serviços prestados por terceiros	(103)	(126)
Outras despesas administrativas	(85)	(5)
Valor adicionado produzido	(188)	(131)
Valor adicionado recebido em transferência	(25)	(1)
Receitas financeiras	33	(1)
Despesas financeiras	(58)	—
Valor adicionado a distribuir	(213)	(132)
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração direta	12	25
Impostos federais	3	75
Juros	14	2
Aluguéis	1	7
Resultado líquido do exercício	(243)	(241)
Valor adicionado distribuído	(213)	(132)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Metropolis Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Metropolis ou Companhia"), nova denominação social da Metropolis Capital Markets Brasil Participações Ltda., foi constituída em 10 de setembro de 2008 como Sociedade Limitada e em 2 de fevereiro de 2010 foi convertida em Sociedade Anônima. Tem como objeto social administrar participações em outras sociedades que atuem no setor imobiliário. A estratégia de negócios consiste na aquisição de participação societária, preferencialmente (mas não exclusivamente) de empresas que atuem no setor imobiliário, com foco nas classes média baixa e baixa, nas regiões sudeste e sul. A Companhia encontra-se devidamente instalada em seu escritório administrativo na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 2º andar, conjunto 22, Itaim Bibi, São Paulo. A Companhia ainda não iniciou suas atividades e ainda não detém qualquer participação societária em outras empresas. Também não emitiu valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão. Tampouco há acordo de acionistas arquivado em sua sede social. O efetivo início das operações, seu posterior desenvolvimento e a obtenção de lucros e fluxos de caixa positivos dependem de diversos fatores, incluindo, entre outros: (a) a obtenção de recursos, seja por meio de aumento de capital proveniente de emissão de ações ou por outra forma de captação; (b) a estruturação de equipe gerencial e (c) a identificação de oportunidades nas áreas de interesse da Companhia. O acionista controlador da Companhia é a Metropolis Capital Markets GmbH, que no Brasil também é controlador da Metropolis Capital Markets Participações Ltda. e da All Ore Mineração S.A. (nova denominação da Steel do Brasil Participações S.A.).

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As presentes demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), não havendo diferença entre tais práticas contábeis aplicáveis à Companhia. O CPC 22 - Informações por segmento - requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("chief operating decision maker"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A definição de segmentos depende do efetivo início das operações. A moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação

aqueles que atuem no setor imobiliário, tanto em incorporação imobiliária quanto em construção civil. Nossa estratégia inicial de negócios consiste na aquisição de participação societária, preferencialmente (mas não exclusivamente) de empresas que atuem no setor com foco nas classes média baixa e baixa, nas regiões sudeste e sul. Desde sua constituição até a data deste relatório, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional. Por esta razão, a Companhia não possui ainda produtos ou serviços oferecidos ao mercado. A Companhia ainda não iniciou suas atividades e ainda não

CVM nº 534. A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Sr. Flavio Luque Bastos, diretor financeiro e de relações com investidores, em 22 de março de 2010.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais.

a. Apuração de resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por saldos em conta corrente bancária (moeda nacional). **c. Ativos financeiros não derivativos:** Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **d. Despesas antecipadas:** São demonstradas pelos valores pagos antecipadamente, sendo apropriadas ao resultado em conformidade com o prazo de vigência da prestação dos serviços. **e. Passivos circulante e não circulante:** São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **f. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando-se o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. **g. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido por meio de preços negociados em mercados ativos, é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. **h. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** i. Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia. As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
IAS 28 (Revisada 2011) - Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (Revisada 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações contábeis separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou o único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participação	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de "ativos com controle compartilhado", mantendo apenas "operações com controle compartilhado" e "entidades com controle compartilhado".	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades que a Sociedade possui influência significativa.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

4. Estimativas e premissas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de certas premissas e estimativas contábeis e do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Entretanto, em função do atual estágio das operações, não foram adotadas premissas e estimativas na elaboração das demonstrações financeiras.

5. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BR GAAP). A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos. Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB". O CPC 37 (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações de acordo com o CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS. **6. Gestão de risco financeiro:** **a. Considerações gerais e políticas:** A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pela Companhia. **b. Fatores de riscos financeiros:**

Em 31 de dezembro de 2011:

Data do ingresso	Vencimento	Principal (Euro)	Taxa de juros	Principal (R\$)	Juros brutos (R\$)	Total (R\$)
10/06/2010	10/06/2012	17	6%	41	4	45
10/09/2010	10/09/2012	20	6%	49	4	53
29/11/2010	29/11/2012	15	6%	36	2	38
31/03/2011	31/03/2013	25	6%	61	3	64
23/05/2011	23/05/2013	15	6%	36	1	37
30/06/2011	30/06/2013	15	6%	36	1	37
29/07/2011	29/07/2013	20	6%	49	1	50
02/12/2011	02/12/2013	10	6%	24	1	25
		137		332	17	349

Em 31 de dezembro de 2010:

Data do ingresso	Vencimento	Principal (Euro)	Taxa de juros	Principal (R\$)	Juros brutos (R\$)	Total (R\$)
10/06/2010	10/06/2012	17	6%	38	1	39
10/09/2010	10/09/2012	20	6%	45	1	46
29/11/2010	29/11/2012	15	6%	33	—	33
		52		116	2	117

10. Patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto): **a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2011 o capital subscrito é de R\$ 359 (R\$ 359 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 35.849 (35.849 em 31 de dezembro de 2010) ações. Até esta data-base, o capital integralizado é de R\$ 254 (R\$ 254 em 31 de dezembro de 2010), equivalentes a 25.363 (25.363 em 31 de dezembro de 2010) ações.

detém qualquer participação societária em outras empresas. Também não emitiu valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão. Tampouco há acordo de acionistas arquivado em sua sede social. Em observância ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que: (i) a KPMG Auditores Independentes ("KPMG") não presta quaisquer outros serviços à Companhia além dos serviços de auditoria externa e (ii) partes relacionadas com a KPMG, conforme definido na referida Instrução CVM nº 381/03, não prestam qualquer serviço à

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.

ii. Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2011. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
IAS 28 (Revisada 2011) - Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (Revisada 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações contábeis separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou o único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participação	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de "ativos com controle compartilhado", mantendo apenas "operações com controle compartilhado" e "entidades com controle compartilhado".	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades que a Sociedade possui influência significativa.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Em seu atual estágio de operação, as atividades da Companhia a expõem a riscos cambiais e de liquidez. **i. Riscos cambiais:** Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia estava exposta substancialmente ao risco de flutuação do euro (vide Nota Explicativa nº 9 - Débitos com Controladores). **ii. Riscos de liquidez:** No atual estágio de suas operações, a Companhia depende de aporte de recursos financeiros do seu controlador, mediante linha de crédito aberta (vide Nota Explicativa nº 9 - Débitos com Controladores). **c. Gerenciamento de capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, a Companhia tem linha de crédito aberta com o seu controlador do exterior, que é utilizada à medida que se verifica necessidade de caixa.

7. Caixa e equivalentes de caixa: Refere-se ao saldo em conta corrente junto ao HSBC Bank Brasil S.A., conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Bancos - Conta Corrente	11	20
Total	11	20

8. Despesas antecipadas

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Locação de sala comercial e prestação de serviços relacionados	—	2
Total	—	2

9. Débitos com controladores: Em 1º de fevereiro de 2010, a Companhia celebrou contrato de mútuo, no qual o controlador Metropolis Capital Markets GmbH abriu uma linha de crédito no valor de EUR 200.000 (duzentos mil euros), que será desembolsado em uma ou mais parcelas, conforme solicitação da Companhia. Sobre o valor do principal incidirão juros à taxa de 6% ao ano, que serão calculados proporcionalmente conforme o número de dias transcorridos entre a data do empréstimo e data de seu efetivo pagamento. O vencimento, tanto do principal quanto dos juros, dar-se-á em 2 anos da data do ingresso do recurso na Companhia. Não há garantias relacionadas a essa operação de crédito. Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia utilizado o total de EUR 137 (EUR 52 em 31 de dezembro de 2010) da referida linha de crédito. Tal montante, somado ao valor dos tributos aplicáveis e aos juros incorridos, corresponde a R\$ 349 (R\$ 117 em 31 de dezembro de 2010).

	31/12/2010	Movimentação no período	31/12/2011
Ações ordinárias - subscritas	35.849	—	35.849
Ações ordinárias - integralizadas	25.363	—	25.363

Quadro de movimentação de ações:

	31/12/2010	Movimentação no período	31/12/2011
Ações ordinárias - subscritas	35.849	—	35.849
Ações ordinárias - integralizadas	25.363	—	25.363

Companhia. A KPMG também presta serviços de auditoria externa para a All Ore Mineração S.A., Companhia controlada pela Metropolis Capital Markets GmbH, acionista controlador da Companhia. A Companhia e a KPMG não consideram que a contratação dos serviços acima mencionados pela All Ore represente conflito de interesse.

São Paulo, 22 de março de 2012
Flavio Luque Bastos
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

b. Reserva de lucros: A reserva legal será constituída a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. **c. Dividendos:** O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos